

A importância dos trabalhos de memória em *Os amnésicos*, de Géraldine Schwarz

The importance of memory works in *Those who forget*, by Géraldine Schwarz

Enviado em: 24-05- 2023

Aceito em: 22-06-2023

Deborah Neves¹

Escrito em um momento de avanço da extrema direita na Europa, *Os amnésicos – História de uma família europeia (Les amnésiques*, no original), de autoria de Géraldine Schwarz foi originalmente publicado na França em 2017 pela *Éditions Flammarion* e no Brasil em 2021 pela Editora Ayiné, com tradução de Ana Martini. Entre 2018 e 2021, o livro recebeu seis prêmios, entre eles o *Prix du Livre Européen* – que objetiva promover os valores europeus e contribuir com a difusão do “espírito europeu” como uma entidade cultural entre os cidadãos do continente – na categoria “romances e narrativas”.

Géraldine Schwarz nasceu em 1974 em Estrasburgo, filha de Volker, alemão, e de Josiane, francesa, estudou no Liceu Internacionalde *Saint-Germain-en-Laye*, uma escola pública internacional localizada no subúrbio de Paris que recebe alunos de várias nacionalidades, criada em 1952 no contexto de formação da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). É formada em História pela Universidade de Paris – Sorbonne e pela LondonSchool of Economics. Seus anos iniciais como profissional se desenvolveram no jornalismo, e seu trabalho como correspondente em Berlim a colocou em contato com testemunhas da II Guerra, até que em 2010 decidiu se dedicar ao cine documentário, tendo produzido três filmes para a *France Télévision*:

1 Historiadora, técnica da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Doutora em História (Unicamp, 2020). E-mail: deborah.neves@alumni.usp.br.

Rester en Algérie (2012), *Exil nazi: La promesse de l'orient* (2014) e *Les espoirs perdus de la Réunification* (2019). Os três abordam a temática das guerras: seja da II Guerra, seja da atuação da França na Guerra da Argélia, que ela afirma ter “abalado a crença em uma França respeitadora dos direitos humanos, sabendo-se que o exército francês fazia uso sistemático da tortura para extrair informações de seus prisioneiros” (p.188-189).

A região em que nasceu, nordeste da França e muito próxima à divisa com a Alemanha, foi e é palco de intensas disputas territoriais e por memórias. É tributária do protestantismo desde sua origem e foi anexada à França em 1681, quando passou por uma destruição das fortificações remanescentes do Sacro-Império Romano-Germânico a mando de Luís XIV, substituídas por novas edificações. Após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) que unificou os territórios germânicos e deu origem à Alemanha, agora Estado-Nação, a assinatura do Tratado de Frankfurt garantiu sua anexação, transformando-a em capital do *Reichsland* da Alsácia-Lorena – região rica em minérios e carvão, essencial para a indústria; nesse período, novas construções foram erigidas e a cidade se tornou uma espécie de “vitrine” da cultura germânica – La viveram Gutemberg, Erasmo, Goethe e Mozart, por exemplo. Com a eclosão da I Guerra, a região foi novamente objeto de disputa, dessa vez vencida pela França que retomou o território com o Tratado de Versalhes, em 1919. Em 1940, já durante a II Guerra, a região foi dominada pela Alemanha entre 1940 e 1945, quando retornou ao território francês.

Se as disputas entre França e Alemanha parecem ter encontrado paz no encontro entre os pais de Geraldine, o passado ainda assombra o presente; por um lado ainda perduram as marcas do nazismo, mas por outro as políticas de responsabilidade, reparação e memória também continuam acontecendo. Na chave da reparação, em 2016, a Universidade de Estrasburgo publicou relatório com base em documentos, prontuários e restos mortais da coleção de anatomia em que anunciou que, sob o comando nazista, experimentos médicos foram conduzidos em ao menos 250 pessoas que estavam cativas no campo de concentração de *Natzweiler-Struthof* na cidade de Schirmeck, a 40 km de Estrasburgo. A universidade havia sido escolhida para ser um modelo de

instituição, a *Reichsuniversität Strassburg*. Sobre a persistência do passado nazista, no início de 2019 em uma série de ataques, neonazistas conspurcaram símbolos judeus, como o desenho de suásticas nas lápides de um cemitério judaico, em uma onda de manifestações deste cunho em toda a França naquele ano. Não é por acaso que o último capítulo do livro de Schwarz foi intitulado “Os nazistas não morrem jamais”. Em 14 capítulos, a autora faz análise transgeracional e transnacional, ao trazer reflexões que contribuem com a compreensão do avanço autoritário no mundo na década de 2010.

Apesar da objetividade do título do livro, não se trata de um escrito sobre a amnésia, já que Schwarz busca compreender como e porquê se estrutura um processo de lembrar e o efeito transformador nas sociedades que optam por este caminho. Para isso, analisa especificamente os trabalhos de esquecimento e de memória na França, mas principalmente na Alemanha pós II Guerra indo além da mera demonstração das políticas estatais, mergulhando no cotidiano de indivíduos comuns. Para entender como o nazismo e o fascismo ganharam apoio em suas sociedades, utiliza como ponto de partida o questionamento da tríade vítima-resistência-algoz como únicos elementos caracterizadores das sociedades que viveram tais regimes autoritários na Europa. Apresenta, então, ao leitor outra categoria: o *mitläufer*, que oficialmente significa “aqueles que participaram apenas nominalmente do nacional-socialismo”, ou “aquele que foi com a corrente”. E apresenta esta personificação em sua própria família, com foco especial na família paterna, alemã. A pergunta que envolve toda a pesquisa para seu livro é “Em que medida era possível para homens e mulheres comuns como meus avós não serem nazistas sob o Terceiro Reich?”.

A resposta é buscada, por analogia, utilizando a técnica de entrelaçar dois fios: o da memória de sua família com o da História, com H maiúsculo. Géraldine investigou, como os parentes alemães se comportaram sob o regime que “por um lado exibia um arsenal de sedução que despertava admiração; por outro, dispunha de um tremendo sistema repressivo que inspirava medo e desencorajava qualquer dissidência” (p.235). A pesquisa começa então com conversas e perguntas às testemunhas que conhece: seu pai, mãe, tias. A

família de seu pai é de Mannheim, no estado de Baden-Württemberg, Sudoeste da Alemanha, ao norte de Estrasburgo, onde seu avô Karl Schwarz era proprietário de uma companhia de produtos petrolíferos, a *Schwarz & Co. Mineralölgesellschaft*. A empresa teve entre seus clientes a *Wehrmacht*, as Forças Armadas da Alemanha; este que parece ser um detalhe foi o que o livrou de servir às tropas durante a II Guerra. Géraldine, na companhia de seu pai Volker, encontrou no porão da casa da família a documentação da empresa, e a partir da análise, descobriu que a não convocação de seu avô se deu, possivelmente, em virtude da denúncia de que seu sócio, Max Schmidt – nome fictício –, não estava filiado ao Partido Nazista (NSDAP). Essa informação fez Karl Schwarz se tornar o único sócio da empresa; continuando sua busca, Géraldine posteriormente localizou cartas enviadas por Julius Löbmann em 1948 requerendo indenização em função da compra da *Siegmund Löbmann & Co* ter ocorrido para Schwarz por valor abaixo do preço, em agosto de 1938, no âmbito do processo que ficou conhecido como “arianização” das propriedades. Esse é o primeiro fio, a memória de sua família.

O que leva ao segundo fio, em que Géraldine apresenta ao leitor o contexto ao qual judeus foram submetidos com a ascensão do Partido Nazista ao poder. No início do regime, parte das famílias judias foi despojada de seus bens materiais em decorrência do confisco determinado por Adolf Hitler. Já das famílias que tinham um poder aquisitivo maior, o que as possibilitava emigrar da Alemanha, era exigido o pagamento da “taxa de emigração” (*Reichsfluchtsteuer*); essa taxa foi instituída em 1931 na República de Weimar, em virtude da crise de 1929 e era aplicável a qualquer cidadão alemão, mas a partir de 1933 passou a ter um caráter antissemita. Em 1938, os judeus foram obrigados a declarar todos os bens que possuíam; a partir de abril do mesmo ano, aqueles que pretendiam deixar o Reich alemão tiveram de pagar 25% de impostos sobre tais bens. Pessoas que foram levadas para campos de concentração fora das fronteiras do Reich também tiveram que pagar o

imposto.² Com o aproximar da guerra, e com o conhecimento por parte do governo sobre as propriedades judias, foi criado o *Judenvermögensabgabe*, imposto aplicado exclusivamente a judeus, estabelecido inicialmente em 20% e aumentado para 25% em outubro de 1939. Por fim, a política de câmbio instituiu o pagamento de 50% do valor de face a pessoas judias; às vésperas da Guerra, a porcentagem paga a essa população chegou aos irrisórios 4%, configurando-se como uma expropriação.

Seu avô foi beneficiado por este contexto, bem como milhares de outros alemães. Algumas das características dos *mitläufer* eram justamente essas: o oportunismo, a indiferença ou a conveniência. A partir deste entendimento, Géraldine Schwarz traça um paralelo entre capitalismo e nazismo, demonstrando por meio de análise de documentos “como uma das sociedades mais industrializadas e modernas do mundo mobilizou todos os seus recursos com o objetivo de matar um povo com os meios de racionalização econômica e técnica” (p.204). A partir da teoria crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt, especialmente o trabalho de Theodor Adorno e Max Horkheimer *A dialética do esclarecimento*, Schwarz traça um paralelo entre a linha de montagem fabril, criada pelo capitalismo industrial e a estrutura extremamente racionalizada da burocracia e tecnologia do Reich; a segmentação alienava os servidores do processo do Estado, desprovendo-os de sensibilidade. Isso permitiu a criação de milhares de executores da política de morte, reduzindo-a a uma mera “tarefa” a ser cumprida – argumento invocado por Adolf Eichmann em seu julgamento, que a autora também aborda.

Embora não excluídos outros povos e opositores político-ideológicos – em particular os comunistas –, por qual razão essa política foi especialmente

2CITY OF VIENA. Non-admission to professions and racist taxes for Jews - expropriation during the Nazi era. Disponível em <http://www.wien.gv.at/english/administration/restitution/assets/profession.html>, acesso em 01 mai. 2023, tradução livre da autora. Para mais informações, recomenda-se a leitura de UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. “Anti-Jewish Legislation in Prewar Germany.” Holocaust Encyclopedia. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/anti-jewish-legislation-in-prewar-germany>, acesso em 24 mai. 2023.

direcionada a judeus? A avaliação de Schwarz é que o Tratado de Versailles, que impôs fortes sanções à Alemanha ao fim da I Guerra, gerou importante reação antissemita em função de haver grande número de pessoas de origem judia na negociação dos termos. Os judeus passaram a ser considerados “traidores” e, segundo este segmento, o acordo teria beneficiado somente os especuladores financeiros de origem judaica. É o que demonstra o discurso de Hitler, de 30/01/1939, citado por Schwarz, em que o líder atribuiu a responsabilidade aos judeus pela política nazista: “(...) se o judaísmo financeiro internacional, na Europa e no exterior, conseguir novamente mergulhar os povos em uma guerra mundial, então o resultado não será a bolchevização de nosso planeta e a vitória do judaísmo, mas a destruição da raça judaica na Europa” (p.209).

No pós-Guerra, uma alegação bastante comum de alemães que viveram o período era a de que não possuíam consciência total do que foi a política de estado da Alemanha nazista; entretanto, Hannah Arendt fez provocação com a qual Geraldine Schwarz concorda: esses alemães viram o cotidiano da política nazista e seus horrores – vitrines de lojas com estrelas de Davi, o desaparecimento de algum vizinho, sinagogas incendiadas, expulsão de famílias dos bairros em que moravam, a fuga de judeus que conseguiram ir para outro país, o benefício obtido na participação em leilões de bens (móveis, louças, pratarias, livros etc.) muitas vezes ocorridos dentro dos apartamentos das famílias judias expulsas e expropriadas. A autora então questiona: “Será que aqueles que compravam bens nesse ambiente de redistribuição dos frutos de uma pilhagem digna da Idade Média não suspeitavam que os proprietários jamais voltariam nem teriam a possibilidade de reclamá-los porque estariam mortos, ou quase?” (p.214). Ela afirma que a indiferença, inclusive de países vizinhos, especialmente a França, diante do extermínio de judeus, tinha origem naquilo que se convencionou chamar de “problema judaico”, expresso pelo antissemitismo francês na cultura e no nacionalismo. E esse aspecto foi marcante no pós-guerra inclusive entre os aliados, que adotaram um “pacto de amnésia” a fim de evitar a associação entre a guerra contra Hitler com o

genocídio judeu, já que suas próprias sociedades guardavam aspectos antissemitas (p.229).

Os detalhes que aparentemente são apenas lembranças de indivíduos fizeram Schwarz pesquisar o que cada pequena memória significou coletivamente e para a História. Trata-se de uma operação delicada e complexa, mas muito potente e de simples compreensão, brindando o leitor com técnicas de História e Ciências Sociais sem que ele se dê conta propriamente. Ao ler Schwarz, é possível identificar referenciais clássicos dos estudos sobre a História e a Memória, como Maurice Halbwachs (A memória coletiva), Pierre Nora (Os lugares da Memória), Paul Ricoeur (História, Memória e Esquecimento), Jacques Le Goff (História e Memória). Ler seu livro faz com que qualquer pessoa, que jamais tenha ouvido falar nos autores e suas obras, compreenda aquilo que todos se esforçaram em teorizar também a partir de suas experiências pessoais ou como cientistas de seus tempos.

O percurso de escrutínio em busca de compreensão avança ao período do pós-guerra, em que Géraldine aborda a experiência do pai – novamente se volta ao fio da memória familiar –, Volker, nascido em 1943, cujo nome também deriva do furor nacionalista do Reich: fusão de duas palavras do alto alemão antigo, que significa “guerreiro do povo”. Volker mostrou inquietação com a história de seu país desde cedo e empreendeu pesquisas autônomas que o levou a travar embates com o pai para compreender o que aconteceu, “o que seus pais sabiam e o que ignoravam, o que se arrepiavam de ter feito e de não ter feito” (p.128); sobre o acúmulo de “pequenas cegueiras” e “pequenas covardias” que, combinadas, deram a Adolf Hitler as condições para cometer os crimes que cometeu. A política era uma temática proibida na família Schwarz. “Na atmosfera apocalíptica da Alemanha do pós-guerra”, Karl tratava de sobreviver, de enterrar o passado. Volker, por sua vez, quando indagado pela filha a razão de ter tanto interesse em entender o período da Guerra respondeu: “Não sei, mas talvez tenha a ver com o jovem professor que ousou afirmar em sala de aula que às vezes era possível dizer na ao crime” (p.137).

Esta frase, que reverberou em seu pai, também causou impacto em Géraldine. Schwarz faz questão de frisar que, apesar da máquina persecutória

instalada durante os anos de guerra, o período imediatamente anterior, quando o nazismo ainda ganhava espaço e corações na sociedade alemã, a adesão ao partido significava, sobretudo, o aceleração da própria carreira ou benefícios pessoais, como a viagem de cruzeiro que sua avó Lydia fez à Noruega. Ou, por outro lado, porque aceitaram a violência como método para combater uma pretensa “ameaça comunista”, ou o medo do retorno à República de Weimar. Para garantir a paz nos negócios. O Reich contou com juristas que se apressavam em tornar tudo legal, e juízes que aplicavam as novas leis, dando uma aparência de legitimidade aos atos do Estado Nazista.

Com o fim da Guerra, os residentes ou emigrados da zona administrada pelos Estados Unidos ganharam o direito de requerer indenização por vendas ou leilões – os *Jew Auctions* – ocorridos durante o regime, por serem considerados como “expropriações”. Foi esse o motivo de Julius Löbmann contatar Karl Schwarz requerendo indenização. O fio da história se entrelaça ao fio da História. O avô de Geraldine passou a se sentir uma vítima, como a maioria dos alemães, que se enxergavam como vitimados tanto pelo regime nazista, como pelos judeus e, depois, pelos comunistas. Sua avó Lydia, por exemplo, disse ao filho Volker, que o “problema” do Führer foi ter perseguido e matado judeus. Para ela, segundo Volker, “a derrota era fruto da vingança dos judeus, aos quais os clichês antissemitas atribuíam vastas redes de conexões, principalmente nos Estados Unidos, e que, portanto, melhor seria se tivessem sido deixados em paz”, afinal, se “o *Führer* soubesse, nada disso teria acontecido” (p.128).

Esse sentimento foi também catalisado pelo espírito do tempo, representado na literatura, na imprensa e no cinema. A atuação de Géraldine Schwarz como profissional do cinema brinda o leitor com uma análise de como a indústria cultural contribuiu para a criação de narrativas diversas ao longo das décadas, ao sabor do contexto. Analisa a produção literária e cinematográfica pós-guerra para compreender a resistência inicial dos alemães em aceitar a derrota, em se responsabilizar pelos crimes e entender como o Reich emocionou e conquistou alemães emocionalmente feridos após a derrota na I Guerra. Demonstra que, num primeiro momento, houve esforços para justificar

os crimes, utilizando como ve6culo a literatura autobiogr6fica e filmes, oferecendo os her6is necess6rios 6 Alemanha desmoralizada pelo processo de desnazifica6o iniciado ao fim da guerra pelos Aliados. 6 o caso de *O inferno de Stalingrado* (1959), de Frank Wisbar, que “inocenta” todo alem6o das culpas da Guerra, imputando-as exclusivamente a Hitler. Para Schwarz, o esp6rito da sociedade nos anos 1950 foi de “reabilita6o incondicional” da Alemanha e dos alem6es, opera6o avalizada por jornalistas, cineastas e pelo sil6ncio nas escolas, que ensinavam Hist6ria apenas at6 a Rep6blica de Weimar. Algo similar ocorreu na Fran6a, um pa6s n6o aliado ao Reich, mas que colaborou “t6o estreitamente com o inimigo” (p.181), onde o cinema e a Hist6ria oficial criaram o mito da “Fran6a resistente”, que “havia majoritariamente resistido aos alem6es e se libertado de seu jugo 6 for6a de combates” (p.181).

Se por um tempo, a ind6stria cultural atuou para atenuar os crimes e apaziguar as mem6rias sobre o nazi-fascismo, seja na Alemanha, na Fran6a ou na It6lia, no fim dos anos 1960 essa conduta passou a ser modificada. A atua6o do governo de Konrad Adenauer, que na d6cada de 1950 empreendeu esfor6os para deixar o passado no passado, cessando julgamentos e incorporando antigos servidores do estado nazista 6 nova estrutura burocr6tica teve cobran6a na d6cada seguinte. As mobiliza6es sociais do per6odo em todo o ocidente n6o passou despercebida pela popula6o alem6, que tamb6m foi duramente reprimida pela rep6blica Federativa da Alemanha, o lado ocidental do pa6s j6 dividido pelo Muro de Berlim. A juventude do pa6s reivindicava cada vez mais que houvesse responsabiliza6es 6s milhares de pessoas que continuavam trabalhando no aparato burocr6tico e que tinham servido ao Reich, bem como conhecer a verdade sobre os pap6is que empresas privadas tiveram no per6odo. Uma onda de protestos tomou a Alemanha levando 6 dura repress6o e tamb6m 6 radicaliza6o de parte dos manifestantes, culminando, por exemplo, no grupo terrorista Baaden-Meinhof, a quem G6raldine n6o se esquivou de criticar duramente. Para a autora, esse momento foi determinante para a constru6o de uma cultura de mem6ria na Alemanha, o que fortaleceu sua democracia a partir da d6cada de 1970.

Schwarz dá destaque à série de televisão chamada Holocausto, de Marvin Chomsky e Gerald Green, que conta a história de uma família Weiss, de judeus, que é levada ao campo de Auschwitz, onde trabalha Eric Dorf, cuja história da família também é contada. A avaliação de Schwarz é a de que as histórias de “dramas individuais de repente tornou o inimaginável imaginável para o grande público e desencadeou um terremoto internacional na consciência coletiva” (p.229). A autora afirma que após a exibição da série foi anunciada a criação do Museu Memorial do Holocausto, em Washington D.C. E que na Alemanha desencadeou uma “raiva surda” entre a população que acusava as autoridades de não terem cumprido seu dever de memória, levando à Sociedade para a Língua Alemã a eleger “holocausto” a palavra alemã do ano de 1979. A partir daí, o Bundestag decidiu tornar imprescritíveis o assassinato e o crime de genocídio.

Demonstra que o caminho foi aberto: o livro *A destruição dos judeus europeus*, de Raul Hilberg, impedida de ser publicada nos anos 1960 em diversos países em função de o historiador ter apontado também a participação de judeus nas políticas do nazismo, foi finalmente publicada na Alemanha, traduzido para o Francês (1988), italiano (1999) e espanhol (2005) e português (2016). Cita ainda como importantes obras para este movimento por memória o filme de Serge Klarsfeld, *Memorial da deportação dos judeus da França*, que listou o nome de cada um dos deportados, de Marcel Ophius, *A tristeza e a piedade* (1981), que atraiu entre 15 e 20 milhões de espectadores e *Shoah*, de Claude Lanzmann. Com dez horas de duração e doze anos de trabalho fez o silêncio dos sobreviventes ser quebrado, com sua coleta de testemunhos ao redor do mundo, cujo maior mérito, segundo Schwarz é “ter demonstrado diante dos negacionistas que a organização industrial do extermínio em massa dos judeus da Europa em câmaras e caminhões de gás de fato existiu” (p.231).

Géraldine faz um percurso sobre a História em torno do ideário e prática do nazifascismo, mas com uma abordagem do ponto de vista pessoal. O que parece ficcional, na verdade é um trabalho minucioso de investigação sobre História. Ela desafia o binarismo “heróis x vilões” comum a filmes, mas incompatíveis com a realidade e os fatos. Não há essa oposição clara em

guerras e, em algum grau, soldados e civis são também vítimas de seus regimes; mas não se escusa de imputar a responsabilidade pelos desdobramentos da guerra – inclusive a divisão da Alemanha – ao Reich de Adolf Hitler. Paradoxalmente, o desejo da Alemanha grande levou à sua fragmentação, que persiste ainda hoje com o país reunificado, mas desafiado pela extrema-direita fortalecida pela diferença com os habitantes da antiga parte oriental, comunista. Nesse aspecto, Schwarz minimiza o impacto econômico e social das políticas de privatização no curso da reunificação, bem como demonstra pouca familiaridade com questões relacionadas à identidade da população da Alemanha oriental, elementos iniciais para investigar o fenômeno naquele território, e que vem crescendo no país como um todo ano após ano.

Esse é um detalhe diante da narrativa cativante que arremessa o leitor para o interior dos anos do imediato pós-guerra e os conflitos de uma sociedade que destruiu cidades, etnias, culturas alheias ao espírito ariano e, sem perceber, destruiu a si própria. O resultado é um livro permeado de inquietações que perduram até o momento contemporâneo: como foi possível que o nazismo ganhasse espaço, campo, força, ideias e corações na Alemanha, de forma tão maciça? E como o país fez para tornar a memória e a história política permanente de Estado? Como estas mesmas ideias ainda reverberam mundo a fora, e ganham corpo dentro do mesmo país que arrasou e foi arrasado por duas guerras dentro de seu próprio território?

A resposta está nas entrelinhas do belo e instigante texto: as perversões de indivíduos encontram abrigo em discursos e práticas autoritárias. Schwarz demonstra que membros de sua família, sem perceber, ou sem aderir totalmente ao nazifascismo, se beneficiaram direta e indiretamente das políticas do Reich; isso não os tornou nazistas convictos, mas pessoas que relevaram, minimizaram ou optaram por duvidar das atrocidades cometidas, uma vez que o regime fora, de alguma forma, benéfico para si. Schwarz demonstra como a classe média alemã aceitou suas benesses mesmo que elas tenham custado a vida de milhões de pessoas. Em muitos momentos, o leitor vai se identificar com vivências contemporâneas no Brasil, por exemplo.

A grande potência do trabalho é destacar, ao longo de todo o texto, o poder e a responsabilidade da coletividade para lembrar, para impedir o esquecimento e para confrontar o passado, personagens, comportamentos coletivos e manter-se vigilante. E, ainda que não seja a última sentença do livro, deixa a reflexão a uma pergunta que cada um de nós talvez já tenha se feito em algum momento da vida (p.237):

Muitas vezes me pergunto o que eu teria feito. Nunca saberei. O que importa é o que entendi lendo estas linhas do historiador Norbert Frei: o fato de não sabermos como teríamos nos comportado 'não significa que não saibamos como deveríamos ter nos comportado'. E como devemos nos comportar no futuro.

Ao fim, termina-se o livro com a certeza da importância das atitudes individuais face à barbárie, sem isentar o Estado das responsabilidades que a democracia requer.

Referências Bibliográficas

SCHWARZ, Geraldine. Os amnésicos – História de uma família europeia. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021, 1ª edição, 396p.